

Ata nº 04/2026

Aos treze dias do mês de julho do ano de 2026, pelas vinte horas reuniu em sessão extraordinária a Assembleia da União de Freguesias do Cacém e São Marcos, nas instalações da EPRPS - Escola Profissional de Recuperação do Património de Sintra, no Cacém sito na Av. Dr. Miguel Freire da Cruz, Edifício Melka, 2735-521, no Cacém sob a Presidência de Domingos Manuel Costa Massena e Secretariada pela vogal Elisabete Maria Silva de Jesus Mendes Teixeira. -----

Do Partido Socialista, estiveram presentes os Vogais, Sandra Maria Santos Pereira Bernardino, Dulcineia Lopes Sousa, Vasco Filipe Barros Martins Pirão, Carla Salomé Pinto e Eva Vicente Ferreira. -----

Do Partido Social Democrata, estiveram presentes os Vogais, Maria Beatriz Saraiva, Fátima Moreira Vicente e David José Gordilho. -----

Do Chega, estiveram presentes os Vogais, Hélder Bento, Luís Carreira, Daniel João Rocha, Ana Rita Alves, Nuno José Carlos e Vânia Silva. ---

Do Livre, esteve presente a Vogal, Sara Rocha. -----

Da Iniciativa Liberal, esteve presente o Vogal, Carlos Duarte. -----

Do Partido Comunista Português, esteve presente a vogal, Anabela Vogado. -----

Domingos Massena, Presidente da Assembleia de Freguesia – (Não audível) “Protocolo que veio da Câmara. Eu vou dar então nota das substituições, esta Assembleia vai ocorrer com uma substituição do Partido Chega, a D. Dóris será substituída pelo Hélder Bento. O Partido Socialista pediu também a substituição na bancada, a Suzete Isabel Neves será substituída pela Eva Ferreira, O Senhor Sílvio Paiva será substituído pela Carla Salomé Coelho, quem está a liderar a bancada será a Sandra Bernardino. No Partido Social Democrata será o líder de

bancada, o César Barata estará a ser substituído pelo David Gordilho, líder de bancada do PSD será neste momento a Maria Saraiva. Sobre correspondência na Junta de Freguesia, pouca, houve uma inscrição de um freguês que depois desinscreveu-se, portanto não há nenhuma referência. Existiu um convite por parte do Executivo para a Assembleia estar presente na inauguração dos vinte e cinco anos da nossa Cidade, foi um evento que a Assembleia tomou boa nota de estar. A ideia da placa alusiva aos vinte e cinco anos é uma boa ideia e, pelo que percebi foi do nosso Presidente de Junta que teve a ideia, aquele princípio daquela, nem sei como poderei explicar, uma espécie de placa / monumento a aludir aos vinte e cinco anos da cidade. É uma coisa que eu, pessoalmente gosto. Assim sendo, vamos entrar no processo da Assembleia. Vou perguntar à Assembleia se alguém entende tomar palavra sobre algum ponto que entenda, político. Não. A Assembleia de Freguesia, pelo trágico acidente que houve na nossa cidade, entendeu propor às bancadas, a construção de um documento, de uma nota de pesar, e todas as bancadas contribuíram, foi um trabalho que penso que devamos tomar como exemplo, porque todos para além de contribuírem ninguém entendeu impor a sua visão das coisas sobre o documento, e o documento saiu e é um documento que tenta honrar a situação trágica, mas lembrar a toda a gente que aquela situação podia ser qualquer um de nós a estar naquele lugar e sermos então uma das vítimas. Assim sendo, eu vou pedir à secretária da mesa para poder ler, em nome da Assembleia, a nota de pesar.” -----

Elisabete Mendes Teixeira – “Boa Noite. Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia, Senhor Presidente da Junta de Freguesia e restante executivo, Senhoras e Senhores Vogais da Assembleia de Freguesia, caras e caros fregueses que nos assistem. Voto de Pesar (Anexo I).” -----

Domingos Massena, Presidente da Assembleia de Freguesia – “Assim sendo, cumprindo o protocolo, ponho a votação. Quem vota contra, quem

se abstém? Aprovado por unanimidade, e vamos passar então a um minuto de silêncio. Voltando então à nossa Assembleia, pergunto à Assembleia se alguém quer intervir antes do ponto de ordem. Assim sendo, vamos então entrar nos trabalhos. Ponto número um, aprovação da integração da União das Freguesias do Cacém e São Marcos em agrupamento de entidades adjudicantes, ao abrigo do Artigo 39.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, para a aquisição de serviços de limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros, em conjunto com o Município de Sintra. Senhor Presidente tem a palavra.” -----

Paulo Adrego, Presidente da Junta de Freguesia – “Muito obrigado Senhor Presidente. Permita-me em primeiro lugar cumprimentá-lo a si, na sua pessoa, cumprimentar a mesa. Cumprimentar todas as bancadas. Cumprimentar o público aqui presente. Cumprimentar também a quem nos assiste lá em casa. Os nossos funcionários e os nossos colaboradores que tornam possível a realização desta Assembleia e também a sua difusão. Senhor Presidente, como disse, vou então fazer aqui uma breve introdução para além da proposta 106/2026 que penso que toda a Assembleia já teve acesso a ela. Vou fazer aqui, só mais para quem nos assiste e resumidamente a apresentação. Intervenção para a proposta 106/2026. A proposta que hoje submetemos a apreciação desta Assembleia reveste-se particular importância para o funcionamento da União de Freguesias e para a qualidade de serviço público que prestamos diariamente à nossa população. Trata-se da integração desta União de Freguesias no agrupamento de entidades adjudicantes promovidas pelo Município de Sintra tendo em vista a contratação dos serviços de limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros para o período compreendido entre 2027 e 2029. Como é do conhecimento de todos, a limpeza urbana constitui uma das competências que foram transferidas do município para as freguesias no âmbito do processo de descentralização administrativa.

Esta transferência foi acompanhada dos respetivos recursos financeiros, mas também de uma acrescida responsabilidade na gestão destes serviços cuja qualidade tem um impacto direto na qualidade de vida dos nossos cidadãos. O que hoje aqui colocamos à discussão não é uma nova transferência de competências nem um aumento das responsabilidades da freguesia, o que está em causa é de forma como estas competências serão contratualizadas para os próximos três anos. O município de Sintra propôs que esta contratação seja efetuada através de um agrupamento de entidades adjudicantes, mecanismo previsto no CCP (Código dos Contratos Públicos) permitindo que todas as entidades participantes desenvolvam um único procedimento concursal. Esta solução apresenta vantagens desde logo, permite alcançar ganhos de escala aumentando a capacidade negocial perante o mercado e potenciando condições contratuais mais favoráveis. Permite também uniformizar níveis de serviço, simplificar procedimentos administrativos, reduzir custos processuais, assegurar uma maior eficiência na contratação pública, sem retirar autonomia às freguesias relativamente à execução das competências que lhe estão atribuídas. Importa também esclarecer que neste agrupamento, a Câmara Municipal de Sintra assumirá apenas a representação do procedimento concursal conduzindo os atos administrativos necessários à formação do contrato conforme previsto na lei. As decisões fundamentais continuam a ser tomadas conjuntamente pelas entidades que integram o agrupamento. Senhoras e Senhores vogais, esta proposta contempla, igualmente, autorização para a assunção dos compromissos plurianuais associados a este contrato de exigência legal, decorrendo da lei dos compromissos e dos pagamentos. O valor provisional correspondente a esta União de Freguesias é de dois milhões, trezentos e oitenta e cinco mil euros (2.385.000,00€), distribuído pelos anos económicos de 2027 – setecentos e cinquenta mil euros (750.000,00€), 2028 – setecentos e noventa e cinco mil euros (795.000,00€), 2029 –oitocentos e quarenta

mil euros (840.000,00€). Importa sublinhar que estes valores correspondem à previsão dos encargos decorrentes da contratação para os três anos e encontram enquadramento financeiro das verbas afetas às competências transferidas pelo município. Não estamos, portanto, perante uma despesa extraordinária ou inesperada da União das Freguesias, mas sim a necessidade de autorização legal que permite assegurar a continuidade de um serviço absolutamente essencial para a população. A limpeza do espaço público é uma das áreas onde os cidadãos mais facilmente avaliam o desempenho da administração local, é um serviço diário, permanente e indispensável para garantir condições de higiene urbana, segurança e qualidade ambiental. É nossa responsabilidade assegurar que este serviço continue a ser prestado com estabilidade, qualidade, previsibilidade, evitando interrupções e garantindo que a contratação decorre dentro dos prazos legalmente exigidos. É precisamente este o objetivo desta proposta. Assim, aquilo que hoje solicitamos a esta Assembleia a que autorize a União das Freguesias a integrar este agrupamento de entidades adjudicantes, aprove as correspondentes autorizações para a assunção de compromissos plurianuais e permita que possamos continuar a desenvolver este processo em articulação com o município de Sintra e com as restantes freguesias do concelho. Estamos convictos que esta solução representa uma opção responsável, legalmente sustentada e financeiramente prudente, permitindo garantir um serviço essencial à população e reforçando a cooperação institucional entre as diversas entidades públicas do concelho. É neste espírito de responsabilidade, de boa gestão dos recursos públicos e da defesa do interesse dos nossos fregueses, submetemos esta proposta para vossa apreciação. Muito Obrigado. Obrigado Senhor Presidente.” -----
Domingos Massena, Presidente da Assembleia de Freguesia –
“Obrigado Senhor Presidente. Pergunto às bancadas, alguma bancada

pretende intervir? Partido Socialista, qual de vós? Faça favor, tem a palavra.” -----

Eva Ferreira, Bancada do PS – “Antes de mais, quero cumprimentar todos. Cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia e na sua pessoa a restante mesa. Cumprimentar o Presidente da Junta e na sua pessoa o restante executivo. Cumprimentar todos os vogais aqui presentes. Público que nos assiste aqui e aquele que está connosco através das plataformas digitais e por último, mas não menos importante, cumprimentar também os funcionários da junta que diariamente dão o seu melhor por esta freguesia. Relativamente a esta proposta, nós consideramos que ela traduz uma forma séria, responsável e moderna de exercer as competências que foram confiadas à freguesia. Ao longo dos últimos anos ouvimos dizer que esta descentralização das competências representavam um desafio grande, e é verdade, representa, mas também pudemos verificar que este desafio pode ser levado a cabo com competência, com rigor e com capacidade de gestão. Foi exatamente isso que esta junta de freguesia fez. Desde a transferência destas competências, este executivo assumiu os compromissos celebrados com o município de Sintra com total sentido de responsabilidade, cumpriu os protocolos, executou as competências transferidas e demonstrou que os recursos públicos podem e devem ser geridos com transparência, com planeamento e com eficácia. Este percurso, como devem calcular não aconteceu por acaso, deve-se a um trabalho consistente, a uma gestão financeira equilibrada e a uma permanente preocupação em garantir que os serviços prestados aos nossos fregueses não sofressem qualquer quebra de qualidade. É precisamente essa lógica que hoje está refletida nesta proposta. Há quem veja a contratação pública apenas como um procedimento administrativo, mas para nós é muito mais do que isso, nós vemos uma ferramenta de boa governação, vemos uma oportunidade para utilizar melhor os recursos públicos, obter melhores condições de mercado e

garantir estabilidade na prestação de um serviço que é absolutamente essencial. A integração neste agrupamento de entidades adjudicantes não diminui a autonomia da junta de freguesia, muito pelo contrário, demonstra maturidade institucional, demonstra capacidade para cooperar quando essa cooperação gera vantagens para o interesse público. Não confundimos autonomia com isolamento, sabemos que trabalhar em conjunto quando a lei assim o permite, e quando isso beneficia os cidadãos é uma opção inteligente e responsável. Esta proposta garante precisamente isso, uma contratação mais eficiente, maior capacidade negocial, redução dos custos administrativos e, ainda uma maior previsibilidade para um serviço que os nossos fregueses exigem, e bem, que funcione todos os dias. Mas é também, uma decisão política, porque governar é fazer escolhas. É escolher entre a responsabilidade ou a improvisação, escolher entre o planeamento ou a gestão casuística. Escolher as soluções que reforçam a capacidade de resposta da Junta e que dão garantias aos fregueses de que os serviços públicos continuarão a ser prestados com qualidade. Por isso, a bancada reafirma a sua confiança no trabalho desenvolvido pelo Executivo, reconhece o rigor com que tem cumprido os protocolos e as competências que lhe foram confiadas e considera que esta proposta constitui mais um exemplo de uma gestão séria, prudente e focada exclusivamente no interesse da população. É por esse motivo que votaremos favoravelmente esta proposta. A bancada do PS disse.” -----

Domingos Massena, Presidente da Assembleia de Freguesia –
“Obrigado Vogal Eva Ferreira. D. Anabela pediu palavra? Tem a palavra D. Anabela.” -----

Anabela Vogado, bancada do PCP – “Boa Tarde a todos. Senhor Presidente da mesa e por seu intermédio a mesa. Senhor Presidente da União e restantes membros do executivo, aos membros das bancadas, ao público aqui presente e aquele que nos assiste lá em casa e também aos trabalhadores da União de Freguesias. O PCP faz aqui uma

declaração de voto, como aqui foi dito, estamos perante uma opção, estamos perante uma decisão que é uma decisão política e que uma decisão que no seguimento daquilo que já vem acontecendo vai ao encontro da externalização de serviços com vista à sua total privatização. Quando se fala em externalização de serviços vem sempre à cabeça do discurso os ganhos de escala e as uniformizações de procedimentos, mas por norma aquilo a que as externalizações traduzem, e disso não faltam exemplos, quer em termos nacionais quer em termos internacionais aquilo que na prática se traduz em mais custos e em pior serviços. O PCP pauta-se pela defesa intransigente dos serviços públicos, como aqui foi dito, são serviços públicos e essenciais que têm que ser prestados todos os dias. Serviços públicos essenciais de qualidade e de proximidade e a nosso ver essa prestação não é nem pode ser assegurada por uma entidade privada à conta do esvaziamento de valências públicas, mas antes e apenas pelo investimento no setor público e na valorização dos trabalhadores com vínculo público, neste caso os trabalhadores da administração local, porque são eles o garante da prossecução do interesse público e daquilo que nós defendemos do poder local democrático de proximidade e de qualidade. Disse.” -----

Domingos Massena, Presidente da Assembleia de Freguesia – “Muito obrigado D. Anabela do PCP. Maria Beatriz, PSD, tem a palavra.” -----

Maria Beatriz, bancada do PSD – “Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia cumprimenta-lo e cumprimentar o restante membro da mesa. Senhor Presidente da Junta de Freguesia na sua pessoa cumprimenta-lo e a todos os membros do executivo. Senhoras e Senhores Vogais desta Assembleia de Freguesia. Caros colaboradores e funcionário da Junta e caras e caros fregueses que nos assistem tanto aqui como lá em casa. A proposta que hoje apreciamos trata-se de uma matéria que é muito mais que política, é uma questão de boa gestão dos recursos e da qualidade de vida da nossa população. Esta solução permite ganhar escala, reduzir burocracia, uniformizar critérios e tornar mais eficiente

a utilização dos recursos públicos. Faz sentido que quando diversas entidades têm necessidades semelhantes trabalhem em conjunto para alcançar melhores resultados. Importa também sublinhar que este modelo não retira responsabilidade nem autonomia à Junta de Freguesia, pelo contrário, a Câmara Municipal coordena o procedimento concursal, mas a execução do contrato, o acompanhamento do serviço e a fiscalização daquilo que acontece no nosso território continuam a ser da responsabilidade da União de Freguesias. É precisamente esse equilíbrio entre a coordenação municipal e a proximidade local que torna este modelo particularmente interessante. Também merece destaque o fato de o caderno de encargos estabelecer exigências técnicas bastante rigorosas, define recursos humanos mínimos, equipamentos, frequência das intervenções, níveis de serviço e mecanismos de acompanhamento da execução do contrato. Isso demonstra uma preocupação em garantir que o serviço prestado corresponda às expectativas dos nossos fregueses. É precisamente por acreditarmos neste modelo que entendemos que a resposta à confiança depositada nas freguesias tem de ser responsabilidade. O nosso voto favorável não é nem pode ser apenas um cheque em branco. A fiscalização terá de ser permanente, os mecanismos previstos no contrato terão de ser utilizados sempre que se verifiquem incumprimentos e o investimento realizado terá de se traduzir numa melhoria efetiva da limpeza urbana porque é isso que os nossos fregueses legitimamente esperam. É também importante enquadrar esta proposta no momento em que o conselho vive. Depois de muitos anos em que diversos problemas estruturais foram sendo sucessivamente adiados, existe hoje uma estratégia diferente por parte da Câmara Municipal de Sintra, uma estratégia assente na recuperação da capacidade operacional do município, no reforço dos meios disponíveis e numa maior proximidade às necessidades reais das pessoas. O PSD vê lógica refletida nesta proposta, uma lógica de planeamento, de eficiência, de cooperação entre as diferentes entidades públicas e de

aposta em soluções que permitam prestar melhores serviços aos cidadãos. Naturalmente isso não dispensa que cada freguesia de assumir plenamente as suas responsabilidades na execução e fiscalização deste contrato. O PSD defenderá sempre soluções que contribuam para uma melhor prestação de serviços aos munícipes. Quando uma medida serve efetivamente os interesses da população deve merecer o nosso apoio. A boa governação também se mede pela capacidade de cooperar entre diferentes órgãos autárquicos quando o interesse público justifica. Por todas estas razões, a bancada do PSD votará favoravelmente esta proposta, mantendo naturalmente uma postura exigente e fiscalizadora ao longo da sua execução. Muito obrigada.” -----

Domingos Massena, Presidente da Assembleia de Freguesia – “Muito obrigado Maria Saraiva. Mais duas inscrições. Pediu primeiro? O Chega? Sara do Livre tem a palavra.” -----

Sara Rocha, bancada do Livre – “Ora boa noite, começo então por cumprimentar o Senhor Presidente da mesa e na sua pessoa toda a mesa. O Senhor Presidente da Junta e o restante executivo. Senhores vogais da Assembleia e claro, os fregueses também aqui presentes e que nos assistem lá em casa. Eu vou ser breve, estamos aqui prestes a aprovar uma despesa plurianual de dois milhões de euros para três anos de limpeza urbana. Isto é muito dinheiro e mostra bem como este serviço é essencial para a qualidade de vida da nossa freguesia, mas também mostra outra coisa, a nossa dependência crescente no setor privado. A proposta diz que não temos recursos próprios para assegurar a limpeza das ruas e ao invés de começarmos a fazer por ter esses recursos, é nos apresentada esta proposta, e enquanto não começarmos a tomar medidas para obter esses recursos haverá sempre argumentos para continuar a recorrer ao setor privado. O preço base aumentou vinte por cento por causa dos combustíveis e salários, isto significa que cada ano que passa, este modelo fica mais caro para o erário público. Claro que a necessidade do serviço é completamente indiscutível, mas estamos a

perpetuar um modelo de gestão que sai mais caro e é menos digno para os trabalhadores. O Livre defende um caminho diferente, investimento em meios próprios, duas varredoras e uma viatura não têm de ser um investimento impossível, podem ser um investimento estratégico, a dignificação do trabalho público, estamos a falar de no mínimo de vinte e cinco trabalhadores e em vez de financiar lucros privados, devemos financiar a estabilidade, a formação e o serviço público. E aproveitar também a descentralização, não podemos ser apenas um meio de passagem de verbas do município para as empresas privadas e, portanto, o Livre vota contra porque acreditamos que o dinheiro dos nossos fregueses deve servir para construir capacidade pública, equipas próprias e autonomia e não para perpetuar um modelo que nos torna dependentes e cada vez mais dependentes e menos eficazes e que no final das contas nos fica mais caro. Não aceitamos que a falta de meios próprios seja um destino inevitável, é uma escolha e hoje escolhemos dizer que há alternativas. E fica também a questão, se a Junta de Freguesia tem capacidade técnica para designar um gestor de contrato para fiscalizar permanentemente a execução financeira, técnica e material destes serviços, porque é que não investe em desenvolver a capacidade para os executar diretamente. Obrigada.” -----

Domingos Massena, Presidente da Assembleia de Freguesia – “Muito obrigado Sara do Partido Livre. Senhor Luís Carreira, *the last but not least*. Tem a palavra Senhor Luís.” -----

Luís Carreira, bancada do Chega – “Boa noite a todos. Cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia e a sua secretária. Cumprimentar o Senhor Presidente do executivo e os seus vogais. Cumprimentar os vogais aqui presentes das diversas bancadas, público aqui presente e lá em casa. Funcionários da Junta que fazem funcionar esta Assembleia. Senhor Presidente temos aqui algumas preocupações, sabemos que o preço base de dois ponto trezentos e oitenta e cinco milhões de euros (2.385.000,00€) para trinta e seis meses dá sensivelmente oitocentos

mil euros por ano (800.000,00€), é verdade que é pouco mais do que tinha no orçamento anterior, sabemos que tem mais competências agregadas, mais rubricas. Este procedimento é conduzido pela Câmara Municipal de Sintra e fiscalizado pela Junta de Freguesia. Gostaríamos de saber qual é o poder de decisão que a Junta de Freguesia vai ter durante este processo. Quem é que vai controlar diariamente a execução, sei que me vai dizer que já controlavam antigamente este processo e poderá ser a mesma pessoa, mas gostava de saber se vai ter mais funções acrescidas, se vai mudar alguma coisa. Neste contrato existem indicadores e objetivos de qualidade, a frequência da limpeza, tempos de resposta, lavagens das ruas. Gostaríamos de saber se o caderno de encargos foi elaborado tendo em conta os problemas específicos do Cacém e São Marcos, porque normalmente estes cadernos de encargos englobam várias juntas de freguesia e as freguesias são todas diferentes, umas têm mais dificuldade, outras têm menos dificuldades, gostava de saber se este caderno de encargos ou se sabe se este caderno de encargos tem alguma diferença da nossa junta de freguesia porque sabemos que São Marcos é diferente do Cacém e as dificuldades que temos em São Marcos é diferente da que temos no Cacém. Gostaria de saber se a Assembleia terá acesso aos relatórios de execução ou os cumprimentos da empresa que irá fazer estes trabalhos. Compreendemos a necessidade de garantir a continuidade do serviço de limpeza urbana e reconhecemos as vantagens de uma contratação conjunta, no entanto preocupa-nos a necessidade de garantir que a União de Freguesias mantém a capacidade de fiscalização, de defesa dos interesses da população. Os mecanismos de controlo de execução do contrato e as penalizações previstas para situações de incumprimento. De forma a assegurar que os recursos públicos são aplicados com eficiência e que os fregueses recebem um serviço de qualidade. A bancada do Chega vai votar favoravelmente, mas fica aqui a nossa preocupação. Tenho dito." -----

Domingos Massena, Presidente da Assembleia de Freguesia – “Muito obrigado Luís Carreira, partido do Chega. Senhor Presidente tem a palavra.” -----

Paulo Adrego, Presidente da Junta de Freguesia – “Muito obrigado Senhor Presidente. Em primeiro lugar agradecer a manifestação favorável, compreendem a necessidade deste protocolo, dizer que, só para recordar aqui um pouco que o contrato que está em vigor termina a trinta e um de dezembro deste de 2026 e antes desta solução apresentada, e em várias reuniões com a Câmara Municipal de Sintra, a União de Freguesias fez a consulta ao mercado, só para vos dizer, aliás já tinha falado há duas ou três assembleias atrás que nós fomos já fazer uma consulta ao mercado e só para terem uma noção, o valor que nós temos no nosso orçamento para 2026 são seiscentos e dezassete mil euros (617.000,00€), quando nós fizemos uma consulta com o mesmo caderno de encargos para 2027, apresentaram-nos o valor mais baixo um ponto trezentos e vinte e cinco milhões de euros (1.325.000,00€), portanto, isto automaticamente foi dito aqui numa reunião pública que eu ia dizer à Câmara que nós não tínhamos condições para assegurar esta situação. Os contratos, portanto, nós temos um gestor do nosso contrato que é o nosso coordenador, vamos continuar a ter um fiscal a acompanhar e a fazer diariamente, através de um plano que já está estabelecido, a verificação de mil e duzentos pontos onde é picado todos os pontos ao longo da freguesia, também a cadência das lavagens e da varrição têm que ser melhoradas portanto, nós constantemente alertamos a SUMA, neste caso, porque era a que estava anteriormente, agora não sabemos quem é que vai ser no futuro, a SUMA com relatórios que semanalmente chegam em cima da minha secretária e, mensalmente é muito curto, de dois em dois meses reunimos com a SUMA para fazer o ponto da situação e também para corrigirmos situações que não estavam no nosso entendimento, não estavam a ser cumpridas. Portanto, não sabemos quem é que vai, isto vai ser lançado o concurso, quem é

que vai ser. Como sabem nós começamos em maio de 2025 este contrato que andou a arrastar-se como bem se lembram, para nós até ao momento, tem sido reajustar constantemente porque depois as varredoras avariavam, há os cantoneiros que são deslocados. Nós temos uma autonomia, que isso para mim, e é isso que eu também falei que a Junta vai continuar a ter essa autonomia, em sítios que a Junta deteta, porque isto há uma planificação, vamos imaginar, a Elias Garcia tem uma varrição de cinco dias por semana, mas entretanto temos a Augusto Casimiro que só tem dois dias, mas na Augusto Casimiro nessa semana, a Rua está muito mais suja, portanto, permite-nos que nós, tendo esta autonomia em termos de proximidade, que nós possamos falar com a entidade. E é assim para quem venha a ficar com este concurso, é isto que nós pretendemos. Em relação à parte financeira não há nenhum controlo, portanto há um controlo da nossa parte, no sentido de que, nós só pagamos se o serviço estiver a ser efetivamente efetuado. Portanto, não é o gestor do contrato, não é o que faz a parte financeira, a parte financeira é feita pela nossa tesoureira juntamente comigo e com o secretário. Penso que é isto. Muito obrigado Senhor Presidente.” -----

Domingos Massena, Presidente da Assembleia de Freguesia – “Obrigado Senhor Presidente pela intervenção. Pergunto à Assembleia se mais alguém pretende intervir? Não havendo mais intervenções tomo como boa nota o esclarecimento do Senhor Presidente. Portanto, vou pôr o documento a votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Dos dezanove (19) elementos dois (2) votaram contra, Partido Comunista e o Partido Livre, todos os restantes votaram a favor. Aprovada por maioria. Vamos só aguardar um bocadinho para então puder ler a ata minuta para terminarmos a nossa Assembleia. Assim, a ata minuta está concluída, vai passar a ser lida pela secretária” -----

Elisabete Teixeira, bancada do PSD – “Aos treze dias do mês de julho do ano de 2026, pelas vinte horas reuniu em sessão extraordinária a Assembleia da União de Freguesias do Cacém e São Marcos, nas

instalações da EPRPS - Escola Profissional de Recuperação do Património de Sintra, no Cacém sito na Av. Dr. Miguel Freire da Cruz, Edifício Melka, 2735-521, no Cacém, sob a Presidência de Domingos Manuel Costa Massena e Secretariada pela vogal Elisabete Maria Silva de Jesus Mendes Teixeira. Do Partido Socialista, estiveram presentes os Vogais, Sandra Maria Bernardino, Dulcineia Lopes Sousa, Vasco Pirão, Carla Salomé Pinto e Eva Vicente Ferreira. Do Partido Social Democrata, estiveram presentes os Vogais, Maria Beatriz Saraiva, David José Gordilho e Fátima de Costa Vicente. Do Chega, estiveram presentes os Vogais, Hélder Bento, Luís Carreira, Daniel João Rocha, Ana Rita Alves, Nuno José Carlos e Vânia Silva. Do Livre, esteve presente a Vogal, Sara Rocha. Da Iniciativa Liberal, esteve presente o Vogal, Carlos Duarte. Do Partido Comunista Português, esteve presente a vogal, Anabela Vogado. O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão. No período de intervenção do público, não houve inscrições. No período antes da ordem do dia, foi apresentado um voto de pesar, aprovado por unanimidade. O senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu início à sessão, com a ordem de trabalhos constante da convocatória. Ponto um, aprovação da integração da União das Freguesias do Cacém e São Marcos em agrupamento de entidades adjudicantes, ao abrigo do Artigo 39.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, para a aquisição de serviços de limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros, em conjunto com o Município de Sintra. Foi posto à votação o documento tendo aprovado por maioria com dezassete (17) votos a favor das bancadas do PS, PSP, Chega e IL e dois (2) votos contra do Livre e do PCP. Para constar lavrou-se a presente ata que vai ser votada e posteriormente assinada. O Presidente da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias do Cacém e de São Marcos." -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DO CACÉM E SÃO MARCOS

Domingos Massena, Presidente da Assembleia de Freguesia –
"Obrigada Elisabete. Então vamos dar a votação. Quem vota contra?
Quem se abstém? Aprovada por unanimidade. Dou assim como concluída
a sessão. Muito obrigado pela vossa presença." -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias do
Cacém e de São Marcos

Domingos Manuel Costa Massena

NOTA DE PESAR

Voto de Pesar

Sr.as e Srs. Membros da Assembleia de Freguesia,

Na sequência do trágico acidente ocorrido na manhã do dia 7 de julho, no terminal de autocarros da Carris Metropolitana, que abalou profundamente o nosso concelho e do qual resultaram vítimas mortais e vários feridos, a Assembleia da União das Freguesias do Cacém e São Marcos manifesta o seu mais profundo pesar.

Este acontecimento enche-nos de tristeza e consternação. Neste momento de dor, prestamos homenagem à memória das vítimas e expressamos a nossa solidariedade para com as suas famílias, amigos e todos aqueles que foram direta ou indiretamente afetados por esta tragédia.

Perante este doloroso acontecimento, importa enaltecer a resposta pronta, coordenada e dedicada de todos os que acorreram ao local, nomeadamente os Bombeiros, a PSP, o INEM, a Proteção Civil, os serviços da Câmara Municipal de Sintra e das juntas de freguesia da cidade Agualva-Cacém que asseguraram igualmente apoio psicológico às vítimas, aos seus familiares e aos operacionais envolvidos.

Assim, a Assembleia da União das Freguesias do Cacém e São Marcos, reunida em sessão, associa-se à dor das famílias das vítimas mortais, formula votos de rápida e plena recuperação a todos os feridos e presta público reconhecimento a todos os profissionais e voluntários que, com elevado sentido de missão, profissionalismo e humanidade, prestaram socorro.

Proponho que esta Assembleia guarde um minuto de silêncio em memória das vítimas e aprove, por unanimidade, o presente voto de pesar.

Assembleia de Freguesia,

Daniel José Cavacho do Rêgo

Aurea Alves

SARA ROCHAS

António Juan L.

José do

DOTTIN GOS MASSAR

Elisabete Maria Silva Jesus ^{Mendes} Teixeira

Sandra Bernardino

Dulcineia Lopes Sousa

Vasco Filipe de Barros Martins Pires

Eva Vicente Ferreira

Sabine Tiuto

Helena Beatriz SPSamira

Enad por Hátirah goldilho

Fátima VICENTE

José Amador

Mário José Carlos

Helena

